

Fruticultura no Noroeste do Rio Grande do Sul¹

Oscar Torres²

Resumo

A importância da agricultura familiar no fornecimento de alimentos à população brasileira é amplamente destacada através do último Censo Agropecuário 2006. Observando em nível regional, o Noroeste do Rio Grande do Sul (RS) caracteriza-se como uma região onde a produção familiar é significativa. Como forma de assegurar sua reprodução social e produtiva, os agricultores familiares desenvolvem uma diversidade de atividades que, em alguns casos, vão além da produção de matéria-prima. Dentre essas atividades diversificadas dos últimos anos, a fruticultura tem ganhado destaque, decorrente de transformações produtivas, induzidas pelo mercado, e de incentivo das políticas públicas, de forma direta ou indireta. A partir dessa premissa, o presente trabalho busca analisar a fruticultura praticada entre os agricultores familiares de alguns municípios localizados na região do Alto Uruguai, Noroeste do RS. Busca-se salientar a importância da fruticultura como recente opção produtiva entre os agricultores familiares e seus impactos, em termos produtivos e socioeconômicos, na busca do Desenvolvimento Rural Sustentável. Embora seja uma prática comum entre os agricultores familiares, no contexto estudado, a produção frutícola é incipiente, assumindo um papel secundário e não conseguiu fundamentar-se como uma das principais atividades produtivas. Políticas Públicas definidas para esta atividade poderiam contribuir significativamente para a fixação das famílias no meio rural, a proteção ambiental e, concomitantemente, para o fortalecimento da segurança alimentar.

Palavras-chaves: Agricultura familiar. Fruticultura. Segurança alimentar.

Abstract

The importance of family farming in the food supply to the Brazilian population is widely deployed by the last 2006 agricultural census of Brazil. Looking at the regional level, the northwest state of Rio Grande do Sul (RS) is characterized as a region where household production is significant. In order to ensure social reproduction and production, farmers develop a range of activities that, in some cases go beyond the production of raw material. Among these diversified activities in recent years, the fruit has gained prominence, due to changes in production induced by the market and to encourage public policies directly or indirectly. From this premise, this paper seeks to analyze the fruit farmers practiced among some municipalities located in the Upper Uruguay, Northwest RS. We seek to emphasize the importance of fruit as fresh productive option among family farmers and their impacts on production and socioeconomic terms in the search for Sustainable Rural Development. Although a common practice among farmers in the context studied fruit production is incipient, assuming a secondary role and could not substantiate itself as one of the main productive activities. Public Policies defined for this activity could contribute significantly to

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio Grande do Sul (FAPERGS) Edital "Auxílio Recém Doutor" (ARD), ano 2010/2011.

² Engenheiro Florestal, Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen/RS. prof.oscar@yahoo.com.br

the establishment of families in rural areas, environmental protection simultaneously with the strengthening of food safety.

Keywords: *Family Farm. Fruit crops. Food safety.*

1 Introdução

A agricultura familiar no Brasil é um importante segmento produtivo e social. A Lei nº 11.326 de 2006, que se baseia em critérios usados em estudos feitos anteriormente por outros organismos, como FAO/INCRA (2000) e algumas universidades brasileiras, define agricultores familiares como categoria social que desenvolve atividades em estabelecimentos cuja área não exceda a quatro módulos fiscais, dirigidos pela própria família, desempenhando os trabalhos com mão de obra predominantemente familiar, e cuja renda deve, predominantemente, originar-se dessas atividades (BRASIL, 2009).

Segundo o último Censo Agropecuário de 2006, divulgado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e ocupa apenas 24,3% (80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (BRASIL, 2009). Contudo, mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país.

Ainda, Brasil (2009) menciona que outro resultado positivo decorrente do Censo de 2006 refere-se ao número de pessoas ocupadas na agricultura: nos estabelecimentos da agricultura familiar, existiam 12,3 milhões de trabalhadores representando 74,4% do total de ocupados no campo. Isso significa que, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, ou numa média de 15,3 pessoas por 100 hectares de terras.

Observando as distintas regiões do Brasil, pode-se mencionar que a agricultura familiar concentra-se na região Nordeste, com 50% dos estabelecimentos, seguida pelos estados do Sul (19%), Sudeste (16%), Norte (10%) e, por último, o Centro-Oeste com apenas 5% dos estabelecimentos. A distribuição da área dos estabelecimentos familiares é assim: 35% no Nordeste, 21% no Norte, 16% na região Sul e Sudeste, respectivamente, e 12% na região Centro-Oeste.

No caso do Rio Grande do Sul, diferentes autores mencionam que a região se destaca como área predominantemente de agricultura familiar (ANJOS, 2003; CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2010; SCHNEIDER, 2006). Estes agricultores,

devido às diferentes transformações históricas no contexto agrário, com elevada inserção nos mercados de insumos e produtos agropecuários, condições de solo e de clima, têm apresentado diferentes graus de capitalização, o que os torna atores importantes do desenvolvimento regional (CONTERATO, 2008; SILVA NETO; BASSO, 2005).

Contudo, nos últimos anos, em decorrência de alguns fatores como a queda nos preços de alguns produtos agropecuários, tanto no mercado nacional como internacional, frequentes estiagens e a elevação dos preços dos insumos utilizados nas lavouras acarretaram a transformação da matriz produtiva de vários municípios (SANTOS, 2006; ZANG; TONIAL; MISSIO, 2006; PELEGRINI; GAZOLLA, 2008). Nessa lógica, mediante incentivos públicos, da própria organização e iniciativa dos agricultores, foram aumentando ou implantando-se novos pomares de cítricos, principalmente laranja, bergamota e limão, assim como uvas, pêssegos e figos, entre outros.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a fruticultura em sete municípios do RS, buscando descrever e salientar a importância da fruticultura como recente opção produtiva entre os agricultores familiares do Noroeste do Rio Grande do Sul. Pretende-se dar uma maior visibilidade à atividade frutícola, ressaltando seus aspectos positivos e entraves mais importantes. Além desta introdução com os objetivos, o trabalho está estruturado em cinco partes que são as seguintes: revisão da literatura, metodologia, discussão de resultados, para, finalmente, colocar as considerações finais e a bibliografia utilizada.

2 Revisão da literatura

2.1 Generalidades do consumo das frutas

As frutas como parte do cardápio, tanto humano como animal, são consideradas desde as origens da humanidade. Segundo o Gênesis da Bíblia cristã, teriam sido uma fruta e a tentação de uma cobra as causas da ruptura entre Deus e o homem (Adão), acarretando a sua expulsão do paraíso terrenal. A evolução do próprio *Homo sapiens* à sua condição mais atual teria sido mediante a transformação de sua dieta mais frutívora e de grãos para uma alimentação baseada em carnes.

A importância das frutas na alimentação perdeu, de alguma forma, significância a partir do aparecimento da agricultura, resultado de um longo e complexo processo

iniciado há mais de 10.000 anos. Essa transformação dos modos de vida e relação com a natureza, de uma forma nômade (sempre em busca de alimentos) para uma forma mais sedentária (agrícola e pastoril), esteve fortemente marcada pelas particularidades sociais e condições locais de produção, acarretando as diversas formas de agricultura nas mais diferentes regiões do globo terrestre.

O consumo das frutas se dá em forma *in natura* (na época de produção), ou em forma processada, devido a sua rápida perecibilidade. Com isso, tanto artesanal como industrial, o processamento de vinhos, sucos, geleias, entre outros, tem ajudado a aumentar a disponibilidade e o consumo, mesmo fora de época. Desde o ponto de vista nutricional, o consumo de frutas e vegetais ajuda no bom funcionamento do organismo humano e na prevenção de várias doenças, desde resfriados a câncer, derrames cerebrais e doenças coronárias. Verifica-se que os alimentos responsáveis pelo consumo de polifenóis são essencialmente os sucos de frutas e os vegetais (DAL BOSCO, 2006).

2.2 A produção de frutas

É importante conhecer os centros de origem das principais espécies e variedades de frutas consumidas no mundo: uma imensa quantidade é oriunda de regiões temperadas, tais como as frutas cítricas, maçãs, uva, pêsego, entre outros. Essas espécies foram introduzidas nas diferentes partes do mundo, principalmente através dos europeus, durante o período das grandes expedições (século XVI em diante). Contudo, a diversidade da flora tropical tem disponibilizado diferentes espécies e variedades de frutas, cuja disseminação e consumo também são globais, tais como o guaraná, o abacaxi, o maracujá, a manga, para citar alguns.

Com base em dados da FAO, Souza (2010) afirma que a produção mundial de frutas atingiu um valor de 705,9 milhões de toneladas em 2008, o que é superior em 4,0% em relação ao ano anterior, quando se contabilizaram 679,0 milhões de toneladas. A seguir, apresenta-se, no Quadro 1, a participação dos países produtores de frutas.

Quadro 1: Principais países produtores de frutas, o valor produzido e a porcentagem de participação no contexto global.

Países	Toneladas	%
China	191.141.384	27,1
Índia	68.109.200	9,6
Brasil	41.019.126	5,8
Estados Unidos	30.619.513	4,3
Itália	18.734.021	2,7
Turquia	18.581.740	2,6
Espanha	18.021.297	2,6
México	17.904.210	2,5
Irã	16.980.363	2,4
Indonésia	16.447.246	2,3
Demais Países	268.369.641	38,0
TOTAL	705.927.741	100,0

Fonte: Souza (2010, p. 2).

Conforme o Quadro 1, os três maiores produtores de frutas, em nível mundial, são a China, a Índia e o Brasil (juntos respondem por 42,5% do total global) que têm suas produções destinadas principalmente ao mercado interno. Os outros produtores são Estados Unidos, Itália, Turquia, Espanha, México, Irã e Indonésia, que representam 19,4% do total. Os dez maiores produtores, juntos, respondem por 62,0% de toda a fruticultura mundial.

Observando o tipo de fruta produzida por esses países, menciona-se que a China produz melancia, maçã, manga, melão, tangerina, pera, pêsego, nectarina e ameixa. A Índia participa produzindo banana, coco, manga, abacaxi, limão/lima e castanha-de-cajú, enquanto que, no Brasil, a produção mais significativa concentra-se na laranja, banana, coco, cajú, abacaxi, mamão, castanha-de-cajú e castanha-do-Brasil.

Após essa análise sobre a produção internacional de frutas, é importante destacar a produção nacional, lembrando que o Brasil é um dos três maiores produtores mundiais de frutas, com uma produção superior aos 40,0 milhões de toneladas. Em termos de área, a base agrícola da cadeia produtiva das frutas abrange 2,9 milhões de hectares, gerando, ao mesmo tempo, 6,0 milhões de empregos diretos. A presença brasileira no mercado internacional, principalmente na oferta de frutas tropicais e de clima temperado, durante grande parte do ano, decorre de sua extensão territorial e sua posição geográfica, aliadas às condições favoráveis de clima e solo (VITTI; BOTEON, 2008).

O Brasil produz de forma mais significativa laranja e frutas tropicais. Os grandes plantios da laranja concentram-se no Estado de São Paulo, e são destinados, em sua

maioria, para a produção de suco. O Estado do Rio Grande do Sul é o quinto maior produtor de citros, sendo a produção concentrada na região do Vale do Caí, próxima à capital do Estado.

O Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) indica que, em 2008, foram exportadas 888.097.936 toneladas de frutas frescas, com rendimentos de US\$ 724.235.131 (FOB). Uva, melão, manga, maçã, banana e limão foram as principais frutas exportadas. A União Europeia respondeu por 75% do volume das vendas externas do Brasil (IBRAF, 2009).

A metade norte do Rio Grande do Sul possui regiões com clima e solo potencialmente favoráveis à cultura dos citros de mesa, adequadas à produção de frutas com coloração intensa e qualidade elevada. Contudo, o cultivo dos citros são atividades recentes na região do Alto Uruguai, noroeste do citado estado sulino. Por ser uma área ainda com baixa ou nula incidência de pragas e doenças, essa área possui uma grande vantagem competitiva em relação às demais regiões produtoras.

Outra produção destacada na região sul do Brasil é a uva, acontecendo principalmente no local conhecido como Serra Gaúcha. No mundo, existem milhares de variedades de uva, sendo que a maioria delas pertence à espécie *Vitis vinífera*, originária do Cáucaso, de onde foi difundida por toda a costa mediterrânea há centenas de anos. As uvas são destinadas para consumo in natura e como matéria prima para a elaboração de vinhos, de sucos e de galeias, estes dois produtos em menor proporção. As variedades de *Vitis vinífera* foram selecionadas na costa mediterrânea, e algumas delas ganharam o mundo pela capacidade de adaptação e pelas características que desenvolveram (CAMARGO, 2004).

Sabe-se que a uva está fortemente atrelada à cultura italiana, grupo que colonizou vários locais da América e, em especial, o Rio Grande do Sul no final do século XIX. Mesmo encontrando situações diferentes das da própria Itália, esses imigrantes foram os pioneiros na implantação de parreirais, na produção de variedades de uvas para consumo *in natura* e, principalmente, na produção de vinhos.

Segundo Guerra *et al.* (2005), o Brasil pertence ao chamado novo mundo vitícola, juntamente com o Chile, Argentina, Estados Unidos, África do Sul e Austrália. A vitivinicultura brasileira nasceu e cresceu com bases em uvas americanas, a chamada uva comum, variedade da espécie *Vitis labrusca*, usada para a elaboração de vinhos de mesa e sucos. Entretanto, a partir de meados do Século XX, começaram a produzir os vinhos finos, com uvas de variedades de *Vitis viníferas*, também conhecidas como uvas

finas. Os principais cultivares de videiras empregados na elaboração de sucos são da espécie *Vitis labrusca* (Isabel e bordô).

O pêssego, durante décadas, tem-se concentrado no extremo sul do Estado de Rio Grande do Sul, em decorrência, principalmente, das horas de frio necessárias para a floração. A cidade de Pelotas e alguns municípios de seu entorno são fornecedores dessa fruta em alta quantidade para o Estado (PAREDES PEÑAFIEL, 2006). Porém, em decorrência de várias transformações produtivas e da demanda de mercado desse produto, houve um aumento dos pomares nesse local, assim como em outras localidades do estado.

A Fruticultura tem se aproveitado das áreas de transição climática e dos vários tipos de solo, representando uma importância significativa para alguns municípios e regiões. Outras espécies frutíferas cultivadas no Estado compreendem o caqui, o figo, as cucurbitáceas, tais como melancia e melão (Cacequi), o abacaxi (famigerado pelo município de Terra da Areia, litoral norte do RS) e a macieira (notável no município de Vacaria), para citar alguns.

2.3 Agricultura familiar e a produção de frutas no Rio Grande do Sul.

A importância dada à agricultura de cunho familiar é recente, já que até a década de 1990 não existia uma definição rigorosa e consensual sobre essa categoria social do meio rural. Existia uma noção decorrente do senso comum, na qual o agricultor familiar era aquele sujeito que vivia no meio rural e trabalhava na agricultura conjuntamente com os integrantes de sua família. Dessa forma, abarcava uma diversidade de formas de fazer agricultura, diferenciando-se conforme os tipos de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outros fatores. No Brasil, encontram-se colonos, sitiantes, posseiros, moradores, ribeirinhos, entre outros, que podem ser agrupados como agricultor familiar (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Desde o ponto de vista legal, na Lei nº 11.326, aprovada em 2006, por agricultores familiares são consideradas aquelas famílias que possuem até quatro módulos fiscais (limite máximo para um empreendimento familiar); mão de obra predominantemente da própria família; renda oriunda das atividades da propriedade e a direção também tem que ser feita por um membro da família (BRASIL, 2006).

Observando as distintas regiões do Brasil, pode-se mencionar que a agricultura familiar concentra-se na região Nordeste, com 50% dos estabelecimentos, seguida pelos estados sulinos (19%), do Sudeste (16%), do Norte (10%) e, por último, o Centro-Oeste, com apenas 5% dos estabelecimentos. A distribuição da área dos estabelecimentos familiares por regiões está distribuída assim: 35% no Nordeste, 21% no Norte, 16% na região Sul e Sudeste, respectivamente, e 12% na região Centro-Oeste (BRASIL, 2009).

Em termos de importância socioeconômica, segundo dados do último Censo Agropecuário de 2006 e divulgado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor emprega quase 75% da mão de obra no campo. Nesse levantamento, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84,4% de um universo de 5.175.489 estabelecimentos em todo o país. Porém, em termos de ocupação da terra, a categoria social ocupa apenas 24,3%, ou seja, 80,25 milhões de hectares da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (BRASIL, 2009).

Contudo, mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos consumidos pelos brasileiros. Em termos de cultivo, pode-se mencionar que os dados do IBGE mencionam que, em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação na agricultura familiar foi a soja (16%). Do ponto de vista regional, no caso do Rio Grande do Sul, diferentes autores mencionam que a região se destaca predominantemente como área de agricultura familiar (ANJOS, 2003; GUARINZOLI *et al.*, 2001; SCHNEIDER, 2006).

Com relação à produção de alimentos, existe uma abundante literatura que discorre sobre a importância da agricultura familiar no fornecimento desse tipo de bens, ajudando na segurança e soberania alimentar. Assim, alguns trabalhos como de Schneider e Gazolla (2005); Schneider, Grisa e Gazolla (2010); Schneider e Triches (2010), bem como o de Thomé e Schneider (2010) poderiam ser considerados como algumas das referências quando se discute agricultura familiar e produção de alimentos.

Trabalhos que discutem a fruticultura como estratégia de reprodução socioeconômica entre os agricultores familiares, em nível de Rio Grande do Sul, são ainda reduzidos. Sabe-se que a produção e o consumo de frutas *in natura*, entre as

famílias rurais, muitas vezes não são contabilizados quando se realizam diagnósticos socioeconômicos, representando, em muitos casos, produtos '*pra o gasto*', como mencionam Schneider; Grisa e Gazolla (2010).

Rathmann *et al.* (2008) mencionam que a metade sul do Rio Grande do Sul encontra-se em uma situação de subdesenvolvimento, diretamente correlacionado com a crise da pecuária e da orizicultura, com baixos desempenhos e indicadores, como PIB (Produto Interno Bruto) e renda *per capita*. Esses autores mencionam que, na busca da diminuição dessas desigualdades, setores governamentais vêm elaborando estratégias de desenvolvimento, tentando inserir a fruticultura irrigada nessa região do estado.

Cabe destacar que a produção em escala comercial de frutos cítricos iniciou no século XIX, no Vale do Rio Taquari, com imigrantes portugueses e, posteriormente, expandiu-se para o Vale do Rio Caí, onde os agricultores de origem germânica também passaram a dedicar-se à atividade. Segundo dados do IBGE de 2006, a citricultura, no Rio Grande do Sul, ocupava uma área de 42.454 ha, sendo 27.476 ha de laranjas (65%), 13.197 ha de bergamotas ou tangerinas (31%) e 1.781 ha de limões (4%).

Em decorrência das especificidades do sistema agroindustrial das frutas, em especial o fato de direcionar-se para um público de maior poder aquisitivo, as cadeias produtivas são obrigadas a levarem em consideração alguns fatores como a regularidade no fornecimento, a capacidade de adaptação às novas exigências dos consumidores e o atendimento a segmentos diferenciados de consumo. Assim, assegurar um produto final com determinado padrão de qualidade se coloca como uma característica cada vez mais importante na comercialização das frutas (ALMEIDA *et al.*, 2010).

Os autores citados mencionam que o Brasil destina pouco mais da metade da sua produção de frutas para o consumo *in natura*, e o restante para o processamento industrial. As frutas destinadas ao consumo *in natura* são voltadas, em sua quase totalidade, para o mercado interno, com exceção do melão, que tem parte de sua produção voltada à exportação.

Dentre as atividades agropecuárias, a fruticultura e a horticultura estão entre as maiores demandadoras de mão de obra, sobretudo no setor primário. Num país com carência de emprego e de melhores condições de vida no meio rural, o potencial para empregar as pessoas do meio rural pode contribuir para minimizar problemas como o êxodo rural, o desemprego permanente, ou sazonal, e a baixa renda dos agricultores.

Após essa apresentação que envolve questões gerais sobre a fruticultura e a agricultura familiar, apresenta-se a metodologia utilizada na obtenção dos dados.

3 Metodologia

Este trabalho foi realizado na mesorregião geográfica definida pelo IBGE como Noroeste do Rio Grande do Sul (FEE, 2009). Os municípios abrangidos pela pesquisa foram Liberato Salzano, Rodeio Bonito, Planalto, Alpestre, Constantina, Sarandi e Barra Funda, todos eles localizados na região conhecida como o Alto Uruguai (ZANG; TONIAL; MISSIO, 2006).

A coleta de dados teve dois momentos: a primeira consistiu em coletar dados secundários decorrentes da revisão bibliográfica, concentrando-se em dados sociais (número total de habitantes, relação entre população rural e urbana, distribuição fundiária) e na forma de uso da terra na área. Concomitantemente, resgatou-se brevemente a formação e evolução da agricultura, na tentativa de compreender a complexa realidade agrária atual e seus distintos vínculos com o contexto regional e nacional.

Na segunda parte da pesquisa, coletaram-se dados *in situ*, com o intuito de observar e avaliar a realidade em estudo. Durante os trabalhos de campo, foram entrevistados alguns gestores públicos ligados à agricultura dos municípios escolhidos. O trabalho de entrevista focalizou-se nos secretários de agricultura e técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-ASCAR) que trabalham com os agricultores.

Para as entrevistas, foram confeccionados questionários semiestruturados, que abrangeram perguntas abertas e fechadas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) sobre a fruticultura que se pratica na localidade. O intuito desta técnica de pesquisa foi obter dados sobre as conveniências, desvantagens, entraves e perspectivas da fruticultura em termos socioeconômicos dentro da localidade e para a região.

Cabe destacar que esta pesquisa está em fase de andamento, já que o próximo passo metodológico será visitar as unidades produtivas que se têm destacado na produção de frutas nos últimos anos. Igualmente, entrevistar-se-ão agricultores que deixaram a atividade, para comparar os entraves que determinaram as suas não continuidade na fruticultura.

De posse dos dados obtidos, precedeu-se a organização desses dados conforme as localidades. Os resultados e a discussão da pesquisa são apresentados na continuidade.

4 Resultados

4.1 As transformações agrárias na área de estudo

A região do Alto Uruguai pode ser considerada como uma área de colonização dentro do estado do Rio Grande do Sul (RS). As primeiras localidades foram formadas nas primeiras décadas do século XX e ocupadas por agricultores oriundos de diferentes localidades do Estado. Anteriormente, esta parte do RS estava coberta por florestas, onde existia uma população dispersa e nômade, formada por índios das etnias Guarani e Caingangue. Ainda existiam, em proporções muito reduzidas, famílias de caboclos que ocupavam a terra como posseiros.

Salienta-se que, devido a sua localização distante de outros centros populacionais, pela proximidade da fronteira com a Argentina e pela cobertura florestal, o território era considerado um local que refugiava delinquentes e foragidos da lei. Contudo, a sua grande riqueza florestal contendo espécies nativas de grande valor no mercado, foi o início para a ocupação desta parte do RS.

Aliado a esse contexto, o número crescente de filhos entre os agricultores das colônias antigas (Serra Gaúcha e Vale do Taquari), sem possibilidades de compra de terras nessas localidades, motivou a busca de novas áreas para a agricultura. Após as intensas explorações florestais de caráter extrativista e uma abundância relativa de terras devolutas, o Estado inicia a ocupação, mediante a colonização, a partir da primeira década de 1900 (SANTOS, 2006).

É importante salientar que todos os municípios em estudo tiveram como sinal a colonização, em sua grande maioria, de descendentes de italianos vindos de diferentes municípios do estado; outras etnias foram os alemães e os poloneses, mas em baixas proporções. Os municípios de Palmeira das Missões e Iraí eram os mais antigos, e eram os territórios de ocupação das famílias de colonos, os quais se assentavam nas denominadas “linhas”, tendo como referência um pequeno povoado (vilarejo) que, posteriormente, daria origem às cidades em estudo (SILVA NETO; BASSO, 2005).

A escolha do lugar para assentar-se e praticar a agricultura decorreu, em grande parte, da fertilidade natural do solo, da disponibilidade de água e da grande quantidade e qualidade da madeira disponível para exploração de serrarias. O sistema de cultivo utilizado na época era a derrubada/queimada da floresta, tendo um instrumental precário e com baixa produtividade. As atividades principais dessas famílias eram a produção de milho, suínos e feijão, alimentos considerados como base da subsistência. Pode mencionar-se que, em decorrência dos conhecimentos adquiridos outrora sobre a plantação e produção de videiras, esta frutífera foi uma das primeiras atividades dos colonos desta região para consumo *in natura*, na fabricação do vinho colonial. Contudo, quase toda a produção de origem animal e vegetal era destinada às necessidades alimentares das famílias, vendendo-se o excedente (GIRON; BERGAMASHI, 2004).

Após alguns anos, dessa prática, a agricultura de derrubada/queimada, os colonos começaram a implantar um sistema produtivo baseado na tração leve por animais, porém o trabalho ainda era realizado basicamente mediante a força braçal dos integrantes das famílias. Segundo Gazolla (2004), a partir da metade do século XX, iniciam-se profundas transformações no contexto produtivo e social do Alto Uruguai: esgotamento do solo, em decorrência da agricultura de queimadas, e a pressão econômica dos agricultores perante os problemas causados pela instabilidade dos preços e acidentes climáticos, principalmente secas periódicas.

Ainda o mesmo autor comenta que, no Alto Uruguai, iniciou-se a transformação progressiva da matriz produtiva: de uma base agropecuária, sustentada pela produção de autoconsumo, as famílias começaram a inserir plenamente sua produção (mercantilização) na matriz produtiva através da incorporação dos cultivos de grãos, neste caso, a soja. Os benefícios socioeconômicos dessa transformação ajudaram numa diferenciação social no meio rural que consolidou uma forte contradição nesse meio: por um lado, algumas famílias tinham se capitalizado fortemente mediante a agricultura de grãos, mas, por outro lado, havia centenas de famílias cada vez mais descapitalizadas e com futuro incerto.

No caso das famílias descapitalizadas, o problema se devia às sérias limitações edafológicas, áreas reduzidas e íngremes das propriedades e uma dependência cada vez mais forte do mercado (tanto de insumos como da venda de seus produtos): todo isso acarretou o declínio da produção de grãos e até certo grau de insegurança alimentar. Ainda, a modernização da agricultura havia colocado centenas de trabalhadores a se

refugiarem nos centros urbanos (êxodo rural), piorando a situação socioeconômica de milhares de famílias rurais, tanto nesta parte do Brasil como em outros lugares, como relata Silva (1998).

Durante as décadas de 1980 e 1990, o declínio e os problemas da agricultura da soja e as secas periódicas que atingiram o RS motivaram ações de alguns municípios para reverter essa situação. Assim, Liberato Salzano foi o primeiro a definir, junto com seus agricultores, mudanças na matriz produtiva, através da introdução da citricultura neste município, o que foi de vital importância para a continuidade das famílias no meio rural.

A mudança da matriz produtiva da área em estudo não foi fácil em decorrência de vários fatores socioeconômicos. Um deles era a falta de crédito para a agricultura de pequena escala; outra questão se relacionava com o mercado dos produtos. Mesmo assim, a expansão da bovinocultura de leite e a produção em sistema integrado entre agricultores e empresas privadas de aves e de suínos têm sido constante em todo Rio Grande do Sul e em especial no Alto Uruguai. Igualmente, como forma de resolver problemas agrários, a alocação de créditos disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nos últimos anos tem ajudado a mudar relativamente a matriz produtiva. Além disso, o poder público das cidades mencionadas tem buscado junto a algumas empresas a promoção e industrialização da fruticultura.

4.2 Características da área de estudo

No Quadro 2, apresentado na próxima página, apresentam-se alguns dados sobre área ocupada e distribuição populacional na área de estudo.

Quadro 2: Municípios em estudo, área ocupada e distribuição populacional conforme zonas de vida.

Município	Área (km²)	População Urbana (habitantes)	População Rural (habitantes)	População Total (habitantes)
Sarandi	353,39	17.957	3.355	21.312
Alpestre	328,75	2.211	5.816	8.027
Liberato Salzano	245,63	1.297	4.483	5.780
Planalto	230,42	5.932	4.592	10.524
Constantina	203,00	6.497	3.244	9.741
Rodeio Bonito	83,20	4.310	1.433	5.743
Barra Funda	60,03	1.522	845	2.367
TOTAL	1.504,42	39.726	23.768	63.494

Fonte: IBGE (2010).

Conforme o Quadro 2, a área de estudo compreende uma área total de 150.442 ha, havendo uma distribuição desigual entre os municípios: Sarandi é o município com maior área e ainda com maior população urbana; Alpestre, com um área de 32.875 ha, possui uma população muito reduzida, de apenas 8.027 habitantes, e majoritariamente rural. Os municípios eminentemente rurais são Liberato Salzano e Alpestre, apresentando menos da metade do total da população morando no meio urbano; nos outros municípios, a população urbana tende a ser maior que a rural. Essa distribuição desigual de área e de população decorre de processos agrários complexos, como de questões políticas que não serão analisadas em profundidade neste trabalho.

4.3 Produção agropecuária: similaridades e disparidades

Certamente a produção agropecuária dos municípios apresenta várias similaridades e disparidades; o que, nesta parte do trabalho, apresentar-se-á de forma muito breve. A produção agropecuária se baseia em grãos (milho, soja, trigo, feijão), pecuária de leite, aves, suínos e hortigranjeiros, além de pequenas agroindústrias de derivados de cana-de-açúcar, de uva e derivados suínos e lácteos. Em todos os sete municípios, predomina a agricultura de cunho familiar, com propriedades rurais de pequeno e médio porte (o tamanho médio dessas propriedades é de 15 ha), apresentando relevo ondulado e até fortemente ondulado em várias partes, paisagem típica do Alto Uruguai.

Mesmo que a base produtiva dos municípios seja grãos, existem localidades como Alpestre em que o fumo é a principal atividade entre os agricultores. O município de Sarandi destaca-se pela presença significativa de áreas produtoras de grãos em áreas superiores a 20 ha quando comparadas com as outras localidades. A criação de suínos, aves e bovinocultura de leite se apresenta em todos os municípios, sendo que a sua participação na produção global é diferenciada conforme os tipos de agricultores e as cadeias agroindustriais.

Na maioria das propriedades, a mão-de-obra utilizada é familiar, sendo que, em algumas propriedades, contratam-se serviços de diaristas, principalmente nas épocas da colheita de frutas, ou de maior intensidade de tarefas no meio rural. Em muitas localidades, o mutirão ainda é uma das formas de trabalho, ligado por relações de parentesco e/ou vizinhança, exonerando-se a circulação de dinheiro entre as famílias.

A instalação dos pomares, na maioria dos casos, realiza-se em áreas muito íngremes e com pouca aptidão para a agricultura, denotando uma importância secundária entre os agricultores. Isso, conseqüentemente, pode derivar em baixa produtividade das frutas que chegam ao mercado local, incidindo nos preços pagos às famílias rurais. Nos sete municípios em estudo, as áreas com fruticultura variam desde 0,25 ha até 5ha, podendo chegar a 7 ha em algumas localidades. Nesse caso, a produção de frutas se diferencia de outras regiões como São Paulo, onde empresas exploram grandes áreas e transformam a sua produção. Contudo, são poucas as propriedades onde a fruticultura é a principal fonte de renda familiar.

Grande parte do maquinário utilizado na fruticultura é funcional às outras atividades, como a produção de grãos. O capital financeiro de investimento, outrora, decorreu, em parte, dos próprios produtores e, em parte, de um programa (ano 1990) denominado “Fundo Estadual de Apoio às Pequenas Propriedades Rurais” e da contrapartida dos poderes públicos das localidades; atualmente, deriva de programas federais como PRONAF convencional, Mais Alimento e até Crédito Fundiário, já que programas do estado do RS não existem na região. Os canais de comercialização se dão mediante os atravessadores (locais e externos à região), mecanismos idênticos ao utilizado por algumas agroindústrias das mesmas localidades.

4.4 A produção de frutas: potencialidades e entraves

4.4.1. *Liberato Salzano*

O desenvolvimento agrícola em Liberato Salzano pode ser considerado como exemplo em termos de implantação e avanço da produção citrícola dentro da área de estudo. A partir de 1995, o Programa de Reconversão da Matriz Produtiva foi patrocinado pela EMATER/ASCAR, a Secretaria Municipal da Agricultura da Prefeitura local, em parceria com outras entidades. O citado programa incentivou a produção de leite, de fumo e a fruticultura, sendo, neste último caso, a produção de cítricos e de videiras a mais destacada. Contudo, a fruticultura já tinha se iniciado em 1985, com a introdução de quatro variedades de frutíferas, em um área de 28,8 ha, e envolvendo 32 famílias; logo, foram sendo incorporadas novas variedades, no decorrer da década de 1990, aumentando a área plantada e o número de famílias envolvidas.

Dessa forma, até o primeiro semestre de 2010, foram introduzidas 28 variedades de frutíferas, abrangendo uma área de 1.286,42 ha (5,23% do total da área municipal) e envolvendo diretamente 532 famílias rurais, totalizando 28 variedades de cítricos, complementados com alguns pomares de caqui, nozes, videiras, pêssegos e ameixa, mas que não ultrapassam 10 ha. A produtividade dos pomares situa-se entre 10 até 20 toneladas/ha, dependendo da idade das mudas e os tratamentos fitossanitários; os preços pagos ao agricultor variam de 0,15 a 0,30 R\$/kg (laranja para suco) e valores dentre 0,45 a 0,60 R\$/kg. no caso de laranja para mesa.

Uma das grandes potencialidades se refere à área ocupada com cítricos e outras frutíferas, que vem crescendo ano após ano, havendo a perspectiva de aumentar ainda mais nesta segunda década do século XXI. A instalação de uma indústria processadora de sucos, a partir de meados de 2011, ocasionou um auge na citricultura na localidade e municípios do entorno.

Outra potencialidade que se refere à atividade da fruticultura se relaciona com o programa de aquisição de alimentos para merenda escolar por parte do governo federal (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Esse programa busca a compra direta de produtos de origem animal ou vegetal dos agricultores familiares para destiná-los à alimentação escolar. A compra de alimentos tem como limite, por agricultor familiar, até

R\$ 3.500,00 por ano, tendo como mínimo 30% do total da compra municipal. Nesse caso, cada município realizará a compra direta dos produtos junto aos agricultores familiares.

Além disso, programas federais como o PRONAF Investimento e o Mais Alimentos têm ajudado, em muitos casos, a melhorar os meios de produção no que se refere a equipamentos e maquinários utilizados na produção. O constante acompanhamento técnico por parte da EMATER e da Prefeitura municipal acarretou o melhoramento e a ampliação de pomares, provocando elevação na produção bruta dos cítricos.

Contudo, o grande entrave que a fruticultura enfrenta neste município refere-se a uma forte diminuição da mão-de-obra para as tarefas de colheita das frutas. Nesse caso, a problemática decorre do forte êxodo rural que tem acontecido nas últimas décadas e que afeta a vida social desta e das outras localidades. O tamanho das propriedades e a falta de áreas para expandir os pomares também se colocam como entraves para o aumento da fruticultura.

Segundo os técnicos da EMATER, a queda dos preços pagos aos produtores, durante a safra 2009/2010², aliada aos problemas anteriormente mencionados, fez com que muitos agricultores arrancassem alguns pomares e abandonassem a fruticultura. Entretanto, a persistência de grande parte dos agricultores familiares e o incentivo do poder público, estão ajudando a consolidar a citricultura nesta localidade.

4.4.2 *Alpestre*

Esta localidade se caracteriza por apresentar um microclima diferente das outras localidades em estudo. Ocupada inicialmente por imigrantes italianos e poloneses, a fruticultura tem se inserido dentro da matriz produtiva agropecuária de forma tangencial. Os principais cultivos frutícolas são uvas e cítricos; em menor medida, caqui, figos e pêssegos.

A conjunção de um microclima diferenciado, por causa da proximidade do rio Uruguai, e a relativa tradição no cultivo da uva ajudam a localidade a produzir variedades precoces em relação às demais localidades do Rio Grande do Sul. Com isso, as variedades de uva Niágara Branca, Isabel e Bordô (cultivares de uva tinta) são colocadas

² A safra de cítricos 2009/2010 foi a pior em termos de pagamento recebidos pelos agricultores: houve casos em que o quilograma de laranja para suco atingiu valores de R\$ 0,05, com a qual nem se poderiam pagar os custos da colheita. Com isso, a decepção dos agricultores foi enorme, pois ocasionou grandes perdas nos pomares em produção.

no mercado em meados de dezembro, ou, inclusive, já em novembro³. Assim, a compra desses produtos pelos intermediários, pagando preços altos, é expressiva, redundando em maiores rendas às famílias produtoras. Na safra 2010/2011, chegou a pagar-se pela uva branca entre 0,70 a 0,80 R\$/kg e, pela uva bordô, preços de até 1,20 R\$/kg. Esses preços são considerados altos, quando comparados com o período normal da safra (janeiro até março), quando os preços não ultrapassam 0,60 R\$/kg (uva branca) e 1,0 R\$/kg (uva bordô).

Outra atividade de fruticultura presente nesta localidade é a produção de cítricos, observando-se importantes áreas exploradas. Existem atualmente (2011) uns 716,23 ha de cítricos, com mais de 3/4 de área ocupada com laranja para suco (variedade Valência).

Contudo, essa produção entra em conflito com a produção de fumo, cultura de ampla disseminação no Alto Uruguai, sendo Alpestre um dos maiores produtores do fumo-galpão. Acontece que, durante o ciclo produtivo de bergamotas, a exigência de mão-de-obra, nos tratos culturais da floração até a frutificação, colide com os tratos culturais do fumo. Desse modo, os agricultores preferem trabalhar com o fumo (que oferece altas rendas de forma garantida) em vez de realizar os tratos culturais da bergamoteira. Este cítrico atingiu outrora uma área considerável, mas hoje tem se reduzido a uma área menor, a 10% do total de cítricos.

O potencial para aumentar a produção de uvas mais precoces ainda é pouco explorado pelos agricultores das demais localidades do RS. Existe a possibilidade de processar as uvas e colocá-las no mercado em forma de sucos, mediante a futura instalação de uma agroindústria de porte médio na cidade. Entretanto, a forte procura e os altos preços pagos pelos intermediários pelas uvas precoces parecem ser um entrave a essa atividade de transformação.

A constante demanda por frutas, sejam cítricos ou uvas, coloca a fruticultura como possibilidade de substituir, em médio ou longo prazo, a fomicultura, que está passando por estrangulamentos internos (disposições da ANVISA) e pressões externas (Tratado de Quadros). Contudo, até o momento, as altas rendas dos agricultores, geradas pela atividade fumageira, colocam-se como principal entrave à produção de frutas.

³ Na maior parte do Estado do RS, a produção de uvas compreende os meses de janeiro até março.

4.4.3 Sarandi

Como se mencionou anteriormente, este município possui uma área bastante extensa e uma população expressivamente concentrada na área urbana. Aqui, concentram-se atividades de transformação de couros, alimentos (derivados de suínos) e de roupas, que dão uma dinâmica diferenciada à localidade.

A agricultura se fundamenta, em grande parte, na produção de grãos (soja, milho e trigo) e na pecuária de suínos e bovinos de leite. A produção de frutas é incipiente: basicamente algumas áreas com parreirais, tanto de uvas brancas como de uvas tintas, abrangendo um total de 320 ha, com 210 produtores (produtividade média de 18 a 20 t/ha). Os cítricos ocupam apenas 31 ha, com 16 produtores.

Sarandi possui várias indústrias de transformação das uvas, tanto para vinhos (conhecidas como 'cantinas') como para suco. Em sua maioria, os donos destes estabelecimentos são agricultores capitalizados ou comerciantes da cidade que compram das áreas rurais do município ou do entorno uvas *in natura* para processá-las. Nesse caso, os preços praticados na safra 2010-2011 foram os seguintes: uva branca - de 0,40 a 0,50 R\$/kg; uva bordô - 0,80 a 1,00 R\$/kg; uva preta - 0,60 R\$/kg e uva de vênus - 1,10 a 1,20 R\$/kg. (as variedades uva de tinta recebem maior preço).

As uvas produzidas são de variedades antigas, sem melhoramento genético e cultivadas como 'anexas' às propriedades, não sendo a principal atividade dos agricultores familiares. O preço pago pelas uvas não tem apresentado aumento significativo nos últimos cinco anos, ocasionando desestímulo aos agricultores. O aumento dos custos de produção, por causa dos preços elevados e um aumento no uso de agroquímicos no controle de pragas e doenças, tem ajudado a diminuir substancialmente o número de produtores dedicados à vitivinicultura.

A perspectiva da fruticultura nesta localidade não parece muito promissora *vis-à-vis* com a relação produtiva tangencial que possui a produção de uvas entre os agricultores. Existe atualmente uma iniciativa municipal para ampliar a produção de cítricos, mas que, infelizmente, não tem apresentado ímpeto como nas localidades vizinhas.

4.4.4 Barra Funda

O município de Barra Funda tem 100%, de suas propriedades rurais exploradas através da agricultura familiar. Além das atividades de grãos, suinocultura integrada, bovinocultura de leite, possui também a fruticultura como importante fonte de renda. A viticultura tem se destacado com aproximadamente 93 ha implantados, com uma produção de 1116 toneladas em 48 propriedades. A citada atividade foi passando de uma geração para outra em decorrência da colonização de origem italiana e pequenos estabelecimentos rurais explorados pelos membros da família, fato observado também nas outras localidades. As demais atividades frutícolas são a citricultura e o pêssego, mas pouco significativas: existem apenas 12 ha com citricultura, com uma produção de 240 toneladas; há 6,0 ha ainda sem produção em sete propriedades.

Neste município de recente criação (ano 1992), a fruticultura tem participado ativamente como opção produtiva entre os agricultores familiares. Existe uma forte promoção por parte do poder municipal para consolidar e ampliar os pomares existentes, principalmente de uvas. Contudo, como no município próximo (Sarandi), a produção de uvas brancas e de tinta é uma atividade tangencial à da produção de grãos.

Os produtores são geralmente familiares que ocupam áreas reduzidas (menores de 20 ha), ocupando de 0,25 até 2 ha com parreirais, como forma de complementar a produção de grãos. O centro de consumo das uvas são as 'cantinas' localizadas em Sarandi, as quais se transladam aos locais de produção, na época da safra, para comprá-la toda, pagando valores de 0,60 R\$/kg a 1,00 R\$/kg, conforme as variedades de uva.

A implantação de novos parreirais encontra obstáculos em decorrência do alto custo do investimento inicial (quase 30.000 R\$/ha) e do período de produção, que se inicia recém aos três a quatro anos após a implantação do pomar. A dificuldade de obter linhas de créditos para implantar novos pomares, a estagnação dos preços pagos aos agricultores e os altos custos de produção são fatores que têm desestimulado a fruticultura.

Entretanto, existem algumas agroindústrias familiares, de porte médio, que transformam uva em sucos, com uma alta e constante demanda, mas que não conseguem obter matéria-prima na mesma localidade. Ante essa situação, parece que existe uma contradição entre produção e transformação da uva nesta localidade.

É importante mencionar que Barra Funda é sede da indústria de águas minerais (marca Sarandi), empresa que tem investido ultimamente para colocar no mercado sucos e refrigerantes de uva e de laranja. Ainda, esta mesma empresa, tal como outras na região, está inserindo-se no mercado dos vinhos através da Rede de Vinícolas do Alto Uruguai.

4.4.5 Constantina

A promoção e implantação de pomares de espécies cítricas iniciaram-se ao final da década de 1990, em decorrência da crise geral que estavam atravessando os agricultores familiares. A agricultura de grãos foi atingida por duas fortes secas, o que definiu uma mudança na matriz produtiva. O apoio do poder local (prefeitura) foi decisivo na busca de compra de mudas, nos trabalhos de preparo de solos e no acompanhamento técnico, através dos técnicos da EMATER e da Secretaria de Agricultura.

Outrora, pomares de pêssegos e figos (1993) alcançaram 90 ha, mas, por problemas de comercialização, muitos dos agricultores arrancaram as mudas e mostraram-se contrários a continuar na fruticultura; a partir dessa decepção, convencer novamente os agricultores a se inserirem na fruticultura é uma tarefa bem dificultosa.

Segundo os técnicos da Secretaria de Agricultura, no ano 2008, existiam apenas 80 a 100 ha de cítricos, muitas deles abandonados. Mediante ações de assistência técnica e forte incentivo municipal, tem-se atingindo 485 ha de cítricos e 205 produtores na atualidade. Conforme a citada Secretaria, mesmo com valores de até 0,10 R\$/kg (preço médio) e uma produtividade dos pomares de 30 a 40 toneladas/ha, com tratos e práticas recomendadas, podem ser obtidos ingressos inclusive superiores aos da produção de grãos. O grave problema disto é que os ingressos da fruticultura são em médio e longo prazo, e os agricultores não têm tanta 'paciência' (sic).

Existem várias localidades ou linhas que possuem também a produção de uvas (05 até 2 ha/propriedade), que, em sua maior parte, são transformadas em vinhos pelos próprios agricultores e/ou são vendidas entre os vizinhos às cantinas e/ou vinícolas de Sarandi. Nesse caso, os preços pagos aos agricultores não diferem da realidade dos outros municípios anteriormente citados. Dessa forma, a produção do vinho colonial participa ativamente na dinâmica socioeconômica.

Um inconveniente que os produtores de cítricos enfrentam até os dias atuais é o monopólio, isto é, há um único comprador, com mercado consumidor definido, que determina os preços pagos aos agricultores. O problema é que a produção é muito dispersa e sazonal, não existem interessados em comprar e transportar quantidades inferiores a 5.000 kg.; dessa forma, o comprador que possui capital e veículo coloca o preço conforme a urgência de venda dos agricultores. Como na produção de uva, a prefeitura tem tentado buscar mais compradores para os cítricos mediante contatos prévios para definir maiores quantidades a serem vendidas.

Esta situação e os problemas ocorridos no ano 2009/2010 fizeram com que muitos agricultores fossem obrigados a arrancar pomares completos de cítricos e ainda colocar em dúvida a continuidade do programa de diversificação produtiva da prefeitura. Contudo, na safra anterior, a média dos preços pagos aos agricultores pela laranja para suco foi 0,15 a 0,25 R\$/kg, e a média paga pela laranja para mesa (umbigo) foi 0,50 até 1,35 R\$/kg.

Contudo, a instalação de um campo experimental na EMBRAPA Uva e Vinhos, em Bento Gonçalves, está animando a atividade vitivinícola da região. Os cultivares de uvas presentes em todo o Alto Uruguai, em sua maioria, decorrem de pomares que foram implantados no início do século XX. Por esse motivo, é urgente um programa de melhoramento dos cultivares para beneficiar os agricultores.

A instalação de uma indústria processadora de suco de laranja em Liberato Salzano (distante 15 km.) estimulará a continuidade da citricultura entre os agricultores.

4.4.6 Planalto

Considerada “terra da fruticultura” e outro município localizado na proximidade de Liberato Salzano, também verá afetada sua produção de cítricos com a instalação de uma planta processadora de suco de laranja. A opção pela fruticultura por parte dos agricultores decorre dos mesmos contextos que os das anteriores localidades descritas. A citricultura (laranjas, bergamotas e limões) pode observar-se em quase todas as propriedades.

Do ponto de vista de apoio financeiro à fruticultura, pode-se mencionar que um 4% do orçamento municipal destina-se à Secretaria de Agricultura para ampliar e/ou implantar os pomares. Desde 2009, uma forma de incentivar a citricultura foi através da compra de

mudas, sendo que do valor médio de 5,00 R\$/muda, 50% era pago pela prefeitura e 50% corria por conta do agricultor individual. Dessa iniciativa, implantaram-se 28 ha de novos pomares de laranja. Contudo, o inconveniente tem sido o pouco interesse dos próprios agricultores. Cabe mencionar que o custo para implantar um pomar de cítrico alcança valores de 6.000 R\$/ha.

Existem ainda pomares de figos (*Ficus carica* L. Família Moraceae) totalizando mais de 200 ha, em áreas dentre 0,5 até 5 ha por propriedade. A produção é vendida *in natura* para intermediários (atravessadores), que compram mais de 90% do figo verde e o destinam às indústrias de doces (Pelotas): com isso, há um grave problema de agregação de valor para a quantidade de área produzida de figo. Os restantes dos 10% são processados, em forma de doces, por duas agroindústrias.. A lucratividade do figo é a metade do que produziria um hectare de uva, sendo o cultivo deste último mais interessante. Existem cultivos de pêssegos, ameixas e caquis, mas em proporção muito reduzida.

Existe toda uma tendência de ampliação dos pomares, colocando e ampliando novas variedades para obter maiores opções produtivas e durante a maior parte do ano. O entrave para a continuidade da fruticultura na localidade está ligado com a atividade de trabalhos nas minas (garimpos). Esta atividade traz um benefício econômico mais rapidamente quando comparado com o retorno da produção de frutas. A pouca ou nenhuma organização entre os produtores ocasiona dispersão dos esforços da assistência técnica e pouco poder de barganha no momento da compra de insumos e venda das frutas.

4.4.7 Rodeio Bonito

Nesta localidade, a opção pela fruticultura não é significativa: os cultivos de grãos (soja, milho e trigo) junto à bovinocultura de leite têm sido as bases da produção da quase totalidade dos agricultores. Apresenta as mesmas particularidades que os outros municípios anteriormente citados. Segundo os técnicos da EMATER, havia uma relativa área agrícola destinada para a fruticultura, especificamente pomares de cítricos, como 177 ha implantados com a variedade de laranja Valência desde 1995. Abrange mais de 100 produtores, com áreas que variam dentre 0,2 até 10 ha, mas com uma média de 2 ha plantados.

Entretanto, a falta de mão-de-obra para os tratos culturais nos pomares e um apego relativo à agricultura de grãos e produção de leite não deram oportunidade de impulsão à fruticultura. Mesmo a perspectiva de instalação de uma agroindústria processadora de sucos em Liberato Salzano, distante a 13 km. de Rodeio Bonito, as perspectivas de ampliação da fruticultura comercial não são otimistas.

5 Considerações Finais

O Alto Uruguai do Rio Grande do Sul é uma região onde a agricultura familiar é bastante significativa. A fruticultura, mesmo tendo uma ampla gama de espécies cultivadas e condições edafoclimáticas apropriadas, ainda tem um rol muito restrito dentro da área de estudo. Sabe-se que, em nível global e no país, existe um crescimento contínuo na produção de frutas, mas o Rio Grande do Sul ainda tem uma participação modesta no comércio interno.

Esforços contínuos dos poderes públicos dos municípios estudados, para a divulgação e expansão da fruticultura, têm mostrado relativa eficiência. Os grandes gargalos que apresenta o setor referem-se ao financiamento para a implantação de pomares (como no caso da uva) e aos canais de comercialização dos produtos. Os baixos preços pagos ao produtor e o elevado custo de produção (insumos, principalmente) são fatores negativos para ampliação e consolidação da fruticultura no Alto Uruguai. Essa situação e os problemas ocorridos na safra 2009/2010 obrigaram muitos agricultores a arrancarem pomares completos de cítricos e colocarem em dúvida os programas de diversificação produtiva empreendidos pelas prefeituras.

A agricultura de grãos e a produção pecuária, em termos regionais, seguem sendo determinantes na decisão dos agricultores. O rápido retorno econômico dessas atividades e o mercado seguro incidem na pouca projeção da fruticultura, deixando-a como atividade marginal e denotando com isso a sua importância tangencial dentro das unidades produtivas familiares. Contudo, a permanência na fruticultura dos agricultores familiares está mais relacionada com a disponibilidade da mão de obra familiar e as relações sociais de vizinhança e compadrio (mutirões), que exonera movimentação financeira e não incide nos custos de produção.

No mercado interno, o pouco valor dado pela população urbana, manifestado através do baixo consumo de frutas e hortaliças, que é menor que as 400 gramas diárias

preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), também incide na fruticultura. Segundo dados do IBGE, as frutas, verduras e legumes correspondem apenas a 2,3% das calorias totais ingeridas pela população brasileira (cerca de 1/3 das recomendações para o consumo cotidiano desses alimentos).

Enfim, no noroeste do Rio Grande do Sul, a fruticultura com seus altibaixos e à margem da produção de grãos, cereais, leite e carnes, contribui de forma relativa a dinamizar os demais setores da economia. Dessa forma, a fruticultura de cunho familiar poderia contribuir na manutenção de muitas famílias no meio rural e contribuir com um meio ambiente mais arbóreo nas paisagens do Alto Uruguai.

Referências

ALMEIDA, J. G.; BARCHET, I.; ZEN, B.; SANTOS DE SOUZA, R. Tendência histórica de preços pagos ao produtor de hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 40, n. 7, 1643-1650, jul./2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v40n7/a665cr1105.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

ANJOS, F. S. dos *Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Brasília, 2009. (Livro com CD).

_____. *Lei nº 11.326 do 25 de julho de 2006*. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 10 mar. 2010.

CAMARGO, U. *'Isabel Precoce'*: Alternativa para a Viticultura Brasileira. Bento Gonçalves; Embrapa Uva e Vinho, 2004. (Documento 54).

CONTERATO, M. A. *Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.

DAL BOSCO, S. M. *A relação existente entre a ingestão de suco de uva e a variação dos níveis de colesterol e pressão arterial sistêmica em idosos*. Dissertação (Mestrado Gerontologia Médica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER
Mesoregiões Geográficas (IBGE), *Rio Grande do Sul - 2009*. Porto Alegre, 2009. 1 mapa em uma folha, color. Disponível em: <<http://mapas.fee.tche.br>>. Acesso em: 10 fev. 2010.
- GAZOLLA, M. Agricultura Familiar, segurança alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GIRON, L. S.; BERGAMASHI, H. E. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caixas do Sul: UCS, 2004.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.) *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GUERRA, C. C.; MANDELLI, F.; TONIETTO, J.; ZANUS, M. C.; CAMARGO, U. A. *Conhecendo o essencial sobre uvas e vinhos*. Bento Gonçalves, Embrapa Uva e Vinho, 2005. il. – (Documentos 48).
- GUARINZOLI C. *et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Guaramond, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE. *Dados preliminares do Censo populacional de 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS. IBRAF. *Exportação: Comparativo das exportações brasileiras de frutas frescas 2008-2007*. Disponível em: <<http://www.ibraf.org.br>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- PAREDES PEÑAFIEL, A. P. *Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. *A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social*. Frederico Westphalen: URI, 2008.
- RATHMANN, R.; HOFF, D. N.; SANTOS, O. I. B.; PADULA, A. D. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. *RER*, Piracicaba SP, v. 46, n. 2, p. 325-354, 2008.
- SANTOS, J. S. *Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SCHNEIDER, S. (Org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar: Uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS. *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 43, 2005, Ribeirão Preto - SP. *Anais...* Brasília: SOBER, 2005.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Eds.) Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/577.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

SCHNEIDER, S.; TRICHES, R. M. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, p. 933-945, 2010.

SCHNEIDER, S.; GRISA, Cátia; GAZOLLA, M. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria* (Mérida/Venezuela), v. 16, p. 65-79, 2010.

SILVA, J. G. da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1998.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. *Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de Políticas*. Ijuí: Unijuí, 2005.

SOUZA, P. F. Andrade de *Análise da conjuntura agropecuária safra 2010/11: Fruticultura*. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Governo do Estado de Paraná, 2010. Disponível em: <http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fruticultura_2010_11.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2010.

THOMÉ, F.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos Tradicionais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 5, p. 22-38, 2010.

VITTI, A.; BOTEON, M. Análise da competitividade da fruticultura brasileira frente a mundial. *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 46, 2008, Rio Branco. *Anais...* Brasília: Sober, 2008. p. 1-16.

ZANG, N.; TONIAL, T. M.; MISSIO, E. *A região do CODEMAU: dados e pesquisas com vistas à agroindustrialização*. Frederico Westphalen: URI, 2006.